

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Memória-ata da 13ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Data: 14 de junho de 2006

Local: Fortaleza- CE

Participantes: Adelaide Laís Parente Brasileiro, Célio da Cunha, Débora Pinto Niquini, Edna Castro de Oliveira, Francisca Bezerra da Silva, Heleno Manoel G. Araújo Filho, Isabel Aparecida dos Santos, Justina Ivã de Araújo Silva e Timothy Denis Ireland. Participaram também da reunião Maria Margarida Machado, Coordenadora-geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, Cláudia Veloso Torres do Amaral, Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos, Tancredo Maia Filho, Coordenador-geral de Alfabetização, e a assessora do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Adriana Pinto Rodrigues.

- 1) Pauta:
 - a. Apresentação detalhada do Sistema Brasil Alfabetizado – SBA.
 - b. Informes:
 - i. Seminário Nacional de Educação Prisional;
 - ii. Oficina Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa – Cooperação Sul-Sul;
 - iii. Plano Ibero-americano de Alfabetização ;
 - iv. Situação atual do Brasil Alfabetizado;
 - c. Brasil Alfabetizado 2006.
 - d. Monitoramento Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.
 - e. Informes:
 - i. Publicações
 - ii. Programas: Saberes da Terra e Formar
 - f. Resolução do CEB/CNE que altera as diretrizes para EJA.
 - g. Informes:
 - i. Medalha Paulo Freire
 - ii. Concurso Literatura para Todos
 - h. Apresentação do Documentário: Histórias de um Brasil Alfabetizado
- 2) Timothy Denis Ireland abriu a sessão com os seguintes registros:
 - a. ausências de membros da Comissão:
 - i. Moacir Gadotti, devido a participação em formatura com a presença do Presidente da República, no Rio de Janeiro, de um curso oferecido pela Fundação Paulo Freire, Petrobrás e Associação dos Petroleiros.
 - ii. Alguns não conseguiram conciliar a agenda, outros cancelaram a participação nos últimos dias. Também houve mudanças nas Secretarias Estaduais de Educação, o que altera as indicações do CONSED e o prazo de registro dos nomes para substituir os

- membros titular e suplente não permitiu a alteração na legislação em tempo hábil para a participação do representante da entidade.
- b. Solicitou que fosse registrado em ata a grande contribuição dada pelo membro da CNAEJA que desliga-se, Neroaldo de Azevedo Pontes, à Comissão e à construção de uma política pública de educação de jovens e adultos no país.
 - c. Apresentou esclarecimentos quanto a confusões que estão ocorrendo motivadas pela nova formação da Comissão. Para a nova composição buscou-se aumentar o leque de participações com a indicação, em alguns segmentos, do titular e suplente por entidades diferentes, mas não com menor representatividade.
- 3) Questões apresentadas sobre o primeiro tópico da pauta da reunião: Sistema do Brasil Alfabetizado – SBA:
- a. Tancredo Maia:
 - i. Início em 2003.
 - ii. Desenvolvido pela equipe do próprio Ministério da Educação, estando em constante processo de aprimoramento e aperfeiçoamento;
 - iii. Um grande mérito deste sistema é que o MEC tem total governabilidade sobre o SBA.
 - iv. Atualmente, o SBA é mais do que um cadastro e comporta outros elementos necessários ao gerenciamento do programa, como plano pedagógico, monitoramento das ações em relação aos alfabetizadores, entre outros.
 - v. Acesso www.mec.gov.br/secad .
 - vi. Apresentação geral sobre o programa e suas funções.
 - vii. Apresentação do Mapa do Brasil Alfabetizado. Acesso público pelo endereço <http://portal.mec.gov.br/secad/> com dados gerais e específicos, inclusive por turma cadastrada.
 - b. Maria Margarida Machado:
 - i. Apresentação das informações sobre os planos pedagógicos utilizados pelos parceiros do Programa Brasil Alfabetizado – PBA.
 - ii. O PBA não tem uma metodologia única, ele está aberto a diversas metodologias. Esta informação é relevante para o planejamento de monitoramento e avaliação.
 - iii. As ONG's passam a fazer parte do SBA e um desafio é como se dará a continuidade da educação dos alfabetizados de turmas desvinculadas do poder público. A contratualização das ONG's é realizado por meio de PTA.
 - iv. Apresentação de como o sistema está correlacionando todos os atores envolvidos no PBA: o que se realiza na relação entre a entidade parceira, o coordenador, o alfabetizador e o alfabetizando.
 - v. Instrumento pedagógico: as entidades parceiras têm que apresentar um plano de como vão ser realizadas a ação de formação dos alfabetizadores e a ação da alfabetização.
 - vi. O instrumento pedagógico segue rigorosamente todas as instruções previstas na Resolução anual do PBA, o que induz a participação de

- profissionais que atuam diretamente na alfabetização no preenchimento do cadastro.
- vii. O instrumento pedagógico tem se apresentado como uma ferramenta de auxílio na compreensão, pelos parceiros, das regras previstas na Resolução.
 - viii. O processo é recolher as informações e auxiliar para que os parceiros encontrem o caminho para uma implementação eficaz do plano pedagógico, mantendo fidelidade à realidade de cada município.
 - ix. Apoio dado pelo Ministério
 1. equipe pedagógica que dialoga e auxilia a todos os parceiros na construção do plano pedagógico
 2. ilha de atendimento para auxiliar nos problemas técnicos do sistema.
 - x. O SBA apresenta os dados do censo por município.
 - xi. O SBA pretende ajudar na construção de uma política pública de continuidade da alfabetização para a EJA.
 - xii. O SBA registra a articulação vigente com os programas, iniciativas, ações e projetos de incentivo à leitura, ao mundo do trabalho, à inclusão social (Bolsa Família, PET, fim do trabalho escravo, etc.). Esta integração com os demais programas do governo federal garante uma interlocução com os ministérios responsáveis pelos mesmos. A proposta é institucionalizar uma ação integrada dos programas federais.
- c. Adelaide Brasileiro:
- i. Colocou sua preocupação quanto aos problemas recorrentes existentes na base, no dia-a-dia do trabalho com a alfabetização
- d. Célio da Cunha
- i. Apresentou os seguintes questionamentos:
 1. Se a estrutura logística e de pessoal é suficiente para a continuidade do aprimoramento do sistema?
 2. Qual a possibilidade de integração do SBA com os diversos programas de alfabetização não pertencentes ao PBA?
- e. Maria Margarida Machado:
- i. Perspectiva futura:
 1. continuidade do trabalho
 2. construção de um acompanhamento específico para a EJA, pelo MEC e INEP
 3. plataforma única dos diversos programas que atendem à alfabetização e EJA
- f. Célio da Cunha
- i. Com a experiência desta gestão, qual deve ser a política de alfabetização e EJA para o próximo governo?
 - ii. Como a Comissão pode contribuir para defesa da manutenção das diretrizes para as políticas de alfabetização e EJA?
- g. Timothy Denis Ireland:

- i. A CNAEJA poderia produzir um documento com uma reflexão de como se deu a política e as ações de alfabetização e EJA e qual seria a proposta para o futuro.
 - ii. Entende que o PBA já está institucionalizado e deve ser a base para se avançar nas políticas de alfabetização e EJA
 - iii. Quanto à estrutura, o MEC vai ter que assumir a EJA como prioridade de governo para ter condições de crescer. A possibilidade de se conseguir vai depender da força e do apoio da Comissão e dos demais parceiros dos programas.
- h. Maria Margarida Machado
 - i. Importância das entidades representadas na Comissão quanto à correta inserção dos dados solicitados pelo SBA.
 - ii. O SBA é uma importante ferramenta para a gestão das políticas para alfabetização e EJA.
 - iii. A partir da perspectiva de que o Estado é o responsável pela oferta da educação pública, as entidades aqui representadas podem ter um papel fundamental, sendo parceiras da UNDIME e CONSED. O PBA gera uma grande demanda para estas duas entidades. Temos que ser parceiros para ajudá-los a fazer com que as coisas aconteçam na ponta, chegar até os municípios para que, pouco a pouco, aqueles que ainda não o fizeram, assumam a sua responsabilidade na oferta de alfabetização e EJA.
 - iv. O cadastro tem contribuído para que os municípios tenham uma referência das experiências presentes em suas localidades.
 - v. As dificuldades locais são comuns em todo o país. Para tanto, é necessário que haja uma co-responsabilidade no monitoramento e acompanhamento do que está ocorrendo. Os desafios são muitos, mas as informações produzidas a partir dos dados coletados ajudam a ter um parâmetro para saber por onde começar e discutir na ponta os ajustes devidos a serem implementados.
- i. Tancredo Maia
 - i. A opção pelo desenvolvimento interno do SBA foi um risco calculado e tem em sua essência garantir a governabilidade do sistema pelo MEC, o que não seria possível com a terceirização do desenvolvimento do sistema.
 - ii. Com relação às informações de outros projetos e programas de alfabetização não financiados pelo MEC, o MAPA do Brasil Alfabetizado traz sinalizações para isso, com uma entrada para a inclusão de dados no link “cadastrados outros”, a ser disponibilizado no futuro.
- j. Justina Iva de Araújo Silva
 - i. Preocupação quanto à segurança de que as ONG’s irão fazer um trabalho sério, ou se tem um compromisso.
 - ii. A UNDIME, se apoiada, poderia fazer uma articulação com os vários parceiros do PBA nos municípios com vistas a trabalhar, por exemplo, a disputa por alunos.

- iii. A importância de que a adesão dos municípios ao PBA não está condicionada à adesão dos Estados.
- k. Edna Castro de Oliveira
 - i. Como representante dos fóruns parabenizou pelo trabalho, inédito na história da EJA, desenvolvido pela equipe da SECAD na condução das políticas de alfabetização e EJA
 - ii. Desde a posição do INEP de que seria impossível contar os alunos de EJA, o SBA vem demonstrando que isso é factível.
 - iii. Questões:
 - 1. O diagnóstico realizado no ano de 2005 sobre o Brasil Alfabetizado e o Fazendo Escola está disponibilizado para consulta? O trabalho desenvolvido atualmente utilizou este diagnóstico para o seu aprimoramento?
 - 2. Da mesma forma, sobre o mapeamento e diagnóstico realizado nos Estados, ele está disponível para consulta?
 - 3. Reforçou a colocação da representante da UNDIME, Justina Iva de Araújo Silva, sobre a importância de não vinculação da adesão a programas federais pelos municípios com a adesão dos Estados.
- l. Timothy Denis Ireland
 - i. Chamou a atenção do desinteresse pelos dados para pesquisa em alfabetização e EJA. Espera que as universidades ainda reconheçam estes dados como uma fonte riquíssima para pesquisas de mestrado e doutorado.
 - ii. Colocou para a representante do CRUB, Débora Pinto Niquini, um questionamento sobre o envolvimento das universidades no campo da alfabetização e EJA, tendo em vista o papel fundamental que elas teriam neste processo, na formação de educadores de EJA e de alfabetizadores, entre outros. Temos apenas 16 cursos de pedagogia com habilitação em EJA. Este é um problema a ser enfrentado diante do número de brasileiros na condição de analfabetos e analfabetos funcionais. Temos um desafio, que esperamos contar com o CRUB, que é convencer os reitores do papel fundamental das universidades no campo da educação de jovens e adultos e que as IES possam ampliar a oferta de formação para EJA.
 - iii. Questão ética deve ser cobrada em todas as dimensões, no caso do PBA o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização é constante.
 - iv. Todo o ano está se aumentando o diálogo com as ONG's. O objetivo é que ocorra, também, uma articulação entre elas. Neste ano foram realizadas duas reuniões as ONG's parceiras que correspondem a grande parte das turmas deste segmento no PBA, mais ou menos 400.000 mil alfabetizando. O aperfeiçoamento é contínuo.
 - v. O relatório final do diagnóstico Fazendo Escola e Brasil Alfabetizado, após receber os comentários será publicado. O Mapeamento também será publicado, com uma proposta de ser apresentado em 15 publicações.
- m. Débora Pinto Niquini

- i. Não tem como responder pela ABESC, mas todas as instituições ligadas a ABRUC têm programas na área de extensão, como compromisso social, o que inclui programas de alfabetização não financiados por órgãos governamentais.
 - ii. Informou que a ABESC produziu uma publicação, resultado de um encontro sobre educação de jovens e adultos
 - iii. Encaminhará estas colocações na próxima reunião da ABRUC, no final do mês deste mês, junho.
 - n. Timothy Denis Ireland
 - i. Sugeriu a participação de um representante da SECAD na reunião do CRUB.
- 4) Informes- Prof. Timothy Denis Ireland:
 - a. CONFINTEA: O Brasil é candidato a sediar o VI CONFINTEA, o que seria a 1ª vez na América Latina
 - b. Educação Prisional
 - i. Parceria do MEC, UNESCO e Ministério da Justiça.
 - ii. Projeto envolve 6 estados
 - iii. A articulação é um ponto dificultador do projeto;
 - iv. Agentes prisionais e educadores têm uma comunicação difícil;
 - v. Fase atual: realização de fóruns estaduais que definirão as diretrizes para uma política nacional de educação prisional a serem discutidas e consolidadas em um seminário nacional.
 - vi. Convite ao membros da Comissão para participarem do seminário.
 - c. Oficina EJA nos Países de Língua Portuguesa – Cooperação Sul-Sul:
 - i. Realizar-se-á em agosto de 2006.
 - ii. Terá o formato de uma oficina de trabalho para a construção de estratégias e diretrizes para a cooperação sul-sul.
 - iii. Também considerou importante se alguns membros da Comissão pudessem comparecer no encontro.
 - d. Organização dos Estados Ibero-americanos – Plano Ibero-americano de Alfabetização:
 - i. 1ª reunião em março de 2006, realizada na Venezuela. O MEC foi representado pela Margarida.
 - ii. Idéia: traçar um plano ibero-americano de alfabetização e educação básica de pessoa jovens e adultos.
 - iii. O documento inicial foi elaborado no encontro de Bogotá e está na fase de consulta e sugestões.
 - iv. Na próxima semana ocorrerá uma reunião com a comissão técnica, constituída por alguns dos países participantes para a elaboração do documento final.
 - v. O documento final será apresentado na reunião de Ministros da Educação da OEI, em julho próximo, após aprovação, será apresentado aos Chefes de Estado em reunião prevista para o próximo mês de outubro, também em Montevideú.
 - vi. Necessidade de um diálogo entre os diversos planos em desenvolvimento neste campo de atuação, como exemplo, a

UNESCO juntamente com o governo americano está para lançar um plano na área de alfabetização.

- e. VIII ENEJA
 - i. Abertura: 30 de agosto de 2006
 - ii. A construção da pauta ocorre de forma coletiva.
 - iii. A idéia seria de somente uma mesa e os demais trabalhos seriam de avaliação das ações do ENEJA
- 5) Informe- Edna Castro de Oliveira:
 - a. Registrou os desdobramentos da discussão sobre o ENCCEJA, questão debatida na 1ª reunião de 2006 da Comissão:
 - i. Reunião dos representantes dos fóruns de educação de jovens e adultos.
 - ii. Audiência com o Ministro da Educação no dia 03 de maio de uma Comissão formada por representantes dos estados do ES, RJ, SP e do Distrito Federal, quando foi entregue uma carta. O encontro teve duração de três horas e meia.
 - iii. Participaram da reunião: o Secretário da SECAD, Ricardo Henriques, o Prof. Timothy Denis Ireland, e o presidente do INEP, Reynaldo Fernandes:
 - 1. O Ministro garantiu que não haveria atropelos na condução da questão;
 - 2. Situação atual: até o momento não temos informação quanto ao andamento desta questão. Por outro lado, temos informações na rede de que o ENCCEJA está em andamento, como em Sergipe, por exemplo .
- 6) O Programa Brasil Alfabetização – Situação atual: recebimento das declarações de compromisso e publicar a Resolução para as ONG's:
 - a. Tancredo Maia
 - i. Estados Municípios:
 - 1. Resolução nº 22, de 20 abril de 2006.
 - 2. Destacou o artigo segundo do parágrafo 2º, os estados e municípios devem apresentar a declaração de compromisso até 20 dias após a publicação da Resolução.
 - 3. 846 declarações recebidas até este momento.
 - ii. ONG's
 - 1. Publicação prevista para a próxima semana.
 - 2. Alteração na forma de acesso dos projetos das ONG's:
 - Antes: FNDE, por meio de papel
 - Agora: SBA, por meio do sistema, da mesma forma que os Estados e Municípios, com o PTA.
 - b. Adelaide Brasileiro:
 - i. Apresentou uma preocupação quanto à convergência da implementação das turmas do Brasil Alfabetizado com a realidade da EJA, para que alfabetizados não fiquem muito tempo sem estudar, aguardando os projetos.
 - c. Tancredo Maia:

para que elas se envolvam de forma mais concreta na pesquisa no campo de educação de jovens e adultos. Segundo dados de 2002 de pesquisa de pós-graduação da ANPED, apenas três por cento das pesquisas em educação têm em seu objeto de estudo a educação de jovens e adultos. Necessidade de que as universidades produzam pesquisas neste campo como forma de contribuir para o avanço da EJA

- b. Cláudia Veloso Guimarães:
 - i. Uma leitura já detectada: o Programa Fazendo Escola tem um caráter supletivo de financiamento e não substitutivo.
 - ii. Nos municípios há uma frequência maior na articulação entre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola do que nos Estados.
 - c. Tancredo Maia:
 - i. Formação inicial.
 - ii. Problemas nas condições de infra-estrutura:
 - 1. Iluminação.
 - 2. Inexistência de biblioteca
 - d. Timothy Ireland
 - i. Entende que o sistema educacional deve buscar adequar-se à realidade dos alunos, principalmente os da EJA. Existem municípios, por exemplo, que estão levando a EJA para os locais onde há alfabetização, inclusive com a negociação de horário.
 - e. Edna de Oliveira:
 - i. Dentre as dificuldades que encontramos em nosso dia-a-dia nas salas de aula, temos a questão da deficiência visual.
 - f. Tancredo Maia:
 - i. Existe uma proposta para um programa de fornecimento de óculos sendo articulado junto ao Ministério da Saúde. Entretanto, ainda não conseguimos resultados práticos. Mas a proposta continua na pauta.
- 8) Sistema de Monitoramento do Fazendo Escola – MONIEJA:
- a. Cláudia Veloso Guimarães:
 - i. Este sistema terá interface com o sistema do FNDE o que acarretará em suspensão do repasse dos recursos no caso de não cumprimento de ações obrigatórias.
 - ii. Todo o cadastro será alimentado por meio eletrônico.
 - iii. Terá a capacidade de ajudar os Estados e municípios na gestão das ações do programa.
- 9) Informes apresentados pelo Prof. Timothy Denis Ireland:
- a. Publicações:
 - i. Cartilha sobre o registro civil, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, enviada para a casa dos alfabetizadores. Esta cartilha está sendo reeditada em 2006. A cartilha enviada no ano passado continha uma carta-resposta e tivemos um retorno de quase nove por cento do total de alfabetizadores do cadastro de envio.
 - ii. Cartilha sobre trabalho escravo, uma parceria do MEC com a OIT e a ONG Brasil Repórter, que será enviada aos alfabetizadores dos sete estados com maior incidência deste abuso.

- iii. Em elaboração, também a ser enviada aos alfabetizadores, uma publicação com orientações sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais.
- iv. Coleção Educação para Todos, edições em produção:
 - 1. Publicação dos 5 relatórios do CONFINTEA
 - 2. Resgate da memória do Congresso de Educação de Jovens e Adultos de 1963.
 - 3. Educação e Direitos Humanos
 - 4. Coletânea sobre experiências de educação de jovens e adultos nos países africanos, junto com a Associação para o Desenvolvimento na África.
- b. Adelaide Laís Parente Brasileiro:
 - i. Sugeriu uma nova publicação “Eu e a Constituição” e disse que recebeu uma quantidade desta obra que não atende ao total de alunos da alfabetização
- c. Timothy Denis Ireland informou que a editora deste livro, que o produziu especificamente para o público de EJA, procurou o MEC com vistas a conseguir uma parceria para a sua reprodução. O assunto está sendo tratado internamente principalmente quanto aos recursos e, também, a busca de outros parceiros que viabilizasse este projeto.
- d. Cláudia Veloso Guimarães:
 - i. Distribuição de material para formação de professores para Estados e municípios
 - 1. Elaborado pela Professora Vera Barreto e o nome da coleção, em cinco volumes e um CD, é Trabalhando com Educação de Jovens e Adultos:
 - Volume 1 – Os alunos e alunas de EJA
 - Volume 2 – A sala de aula como um grupo de vivência e de aprendizagem
 - Volume 3 – Observação e registro
 - Volume 4 – Avaliação e Planejamento
 - Volume 5 – O processo de aprendizagem dos alunos e professores
- e. Célio da Cunha:
 - i. No futuro, seria interessante ter a retroalimentação da receptividade do material enviado.
- f. Justina Iva de Araújo Silva
 - i. Em avaliação realizada por consultoria externa há quatro anos, constatou-se a falta de preparação por parte dos professores para lidar com o aluno. As universidades não preparam os professores para lidar com o aluno de EJA.
 - ii. Está sendo oferecido um curso de especialização em EJA, por uma universidade pública, por conta do trabalho do Brasil Alfabetizado, no município de Natal, e isto tem gerado satisfação em praticamente cem por cento dos professores participantes.
 - iii. Sugestão: oferecimento de curso de especialização , quem sabe à distância.

- g. Adelaide Brasileiro
 - i. No MOVA há uma grande demanda dos professores por acesso a curso universitário.
 - h. Isabel Aparecida dos Santos:
 - i. Sugestão> na ação evolutiva dos questionários, pensar em como ter algumas indicações, por exemplo, na temática quilombola, para conseguir ter uma bibliografia acessível aos educadores.
 - ii. Com a alteração na LDB, que incluiu a obrigatoriedade da história da África e cultura dos afro-brasileiros, tem sido produzido materiais interessantes, muito ricos, que poderiam estar chegando às mãos dos educadores.
 - iii. Maria Margarida Machado:
 - 1. Está sendo montado um acervo de educação de jovens e adultos no MEC, inclusive com a produção de um sistema específico para cadastrar todo o material.
 - 2. Seria importante ter disponível, inclusive com registro dos responsáveis pela produção dos materiais, para disponibilizar o maior número possível de opções aos interessados. Assim, solicitou apoio dos membros da Comissão para divulgar junto a seus pares esta demanda da SECAD.
 - 3. Outro caminho, é o domínio público. Tudo que é produzido hoje com recursos públicos está sendo disponibilizado no sítio www.dominiopublico.gov.br.
- 10) Programa Saberes da Terra:
- a. Maria Margarida Machado:
 - i. Uma ação interministerial: MEC, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
 - ii. Caminho de acesso aos recursos do programa tem que necessariamente passar via pública, município e Estado.
 - iii. Atuação em 12 Estados com uma política de educação de jovens e adultos com qualificação social e profissional.
 - iv. A idéia é aperfeiçoar o programa para expandi-lo para os demais Estados do país.
 - v. Dos 12 Estados, dois já iniciaram o processo de escolarização, Pará e Paraná; 04 estão no processo de formação dos alfabetizadores; e seis Estados no momento da articulação.
 - vi. A articulação entre todos os atores envolvidos é um desafio.
 - vii. Solicita um apoio dos membros da Comissão para contribuir na ação da articulação e divulgação do programa junto aos Estados.
- 11) Informe sobre o Projeto Formar:
- a. Maria Margarida Machado:
 - i. Um programa destinado aos servidores que atuam no governo federal e não estão escolarizados até o ensino médio. Hoje temos mil alunos.
 - ii. Ação interministerial entre o MEC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação.

- iii. A idéia é que este projeto seja expandido para os Estados, com parceria das secretarias estaduais de educação.
- 12) Informe sobre o Programa PROFORMAÇÃO:
- a. Estão concluindo seus cursos cinco mil professores de onze estados.
 - b. O PROFORMAÇÃO habilita os professores que estão em sala de aula e, em alguns casos, não têm nem o ensino médio.
 - c. Os dois últimos módulos foram específicos para a educação de jovens e adultos.
- 13) Informe sobre material didático para o ensino fundamental de jovens e adultos – primeira à oitava série.
- a. Cláudia Veloso Guimarães:
 - i. Como mais uma opção para os Estados e Municípios.
 - ii. Composto de vinte e sete cadernos, 13 para os alunos e 14 para os professores.
 - iii. Vinte e sete especialistas estão trabalhando na produção deste material
 - iv. O material será apresentado em oficinas, cinco em todo o Brasil, para receber sugestões das pessoas que participem da oficina. Após será realizado um grande seminário em Brasília.
 - v. Distribuição prevista para o início do ano de dois mil e sete.
- 14) Resolução da Câmara de Educação Básica-CEB, da Comissão Nacional de Educação – CNE, que altera as diretrizes da educação de jovens e adultos:
- a. Timothy Denis Ireland
 - i. Três pontos principais:
 - 1. Educação à distância e EJA
 - 2. Parâmetros de idade para a EJA
 - 3. Certificação em EJA
 - ii. Antecedentes
 - 1. Em dezembro de 2004 foi encaminhado à Secad, para análise e emissão de parecer, o processo para fins de homologação do Parecer CNE/CEB 36/2004 que propõe a reformulação da Resolução CNE/CEB 1/2000.
 - 2. Nossa sugestão ao ministro foi pela reabertura da discussão da temática na câmara e pela não homologação do referido parecer, por compreender que o mesmo interferia na autonomia dos sistemas estaduais que já tinham normatizado a matéria, qual seja, definição de carga horária para o ensino fundamental e médio de EJA presencial, embora esta normatização não se ativesse à educação a distância.
 - 3. Por outro lado, outras deliberações decorrentes do parecer expressas na minuta de resolução, preocupam o campo da EJA e precisam ser melhor discutidas, como por exemplo, a questão da idade mínima para cursos e a regulação da educação a distância, frente ao Decreto Nº 5.622 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/96.

4. Estas informações foram levantadas junto à Câmara de Educação Básica que chamou os coordenadores Estaduais de EJA para uma conversa sobre o parecer e a proposta de resolução. Os coordenadores reafirmaram as preocupações que a Secad já havia colocado no parecer ao Ministro.
- iii. Fatos de 2006:
1. O relator elaborou uma nova proposta de parecer e chamou a Secad para conversar, antes de submeter à homologação.
 2. Nós sugerimos ao relator que viesse à reunião semestral dos Coordenadores Estaduais (Março/2006) e à Câmara Temática de EJA do MEC, para discutir mais uma vez as questões que não eram consenso.
 3. Após as discussões foi acordado que o relator enviaria a proposta de parecer e resolução, antes de submeter ao plenário da CEB, à Secad, para que discutíssemos antes da aprovação. Isto não foi feito e recebemos o processo, com o novo parecer e a nova minuta, aprovados pelo plenário da Câmara de Educação Básica, para a homologação do Ministro, o que julgamos não ser pertinente, mais uma vez
- iv. Principais preocupações quanto à homologação:
1. Este parecer e a minuta de resolução, novamente, tratam de traçar uma idade mínima para os alunos de EJA frequentarem os cursos, o que não estava previsto na LDB, já que esta só define as idades mínimas para os exames. Esta matéria precisa de uma ampla discussão, inclusive, a ser feita com a SEB, pois impacta na matrícula do ensino regular noturno, tanto fundamental, quanto médio.
 2. O conselheiro Arthur afirma que sua maior preocupação é com a regulamentação clara para a educação a distância em EJA, com a qual concordamos, todavia não consideramos que este parecer e esta resolução estejam fazendo isto. É necessário retomarmos o Decreto Nº 5.622 de dezembro de 2005, que encaminha para os sistemas de ensino esta regulação.
 3. Na atual conjuntura, não nos parece prudente regular a EJA presencial e a distância, sem que façamos uma boa discussão também sobre os exames supletivos, no que concerne às questões de qualidade e regulação que estes precisam responder.
 4. Entendemos o momento delicado de mais uma recusa na homologação da matéria em questão, por isso sugerimos a ampliação do debate em torno da mesma. Que o MEC e a Câmara de Educação Básica possam promover audiências públicas que ampliem a discussão em torno da regulação da EJA, tendo como foco três questões básicas:
 - Idade mínima do público da EJA
 - Educação a distância para o público da EJA

- Exames: regulação e qualidade

v. Maria Margarida Machado:

1. O complicador desta questão está que, em função de uma demanda da educação a distância, mesmo tendo clareza de que ela precisa ser regulamentada, se propõe uma interferência sobre os sistemas presenciais e o sistema público que não oferta educação à distância.
2. O sistema já tem uma regulação específica para o ensino presencial e, após um mapeamento, foi verificado que todos os Estados têm suas Resoluções que normatizam a educação de jovens e adultos.
3. Outra questão, é que a oferta de EJA se dá a partir dos estados e municípios.
4. O texto do projeto de Resolução apresentado pelo Relator não dá ênfase à educação a distância além de retirar dos Estados e municípios a faculdade de regulação em termos de tempo.
5. Mais um problema, foi publicado também o Decreto nº 5.622 que regulamenta o artigo 80 da LDB.
6. Precisamos estar atentos entre outras questões com relação ao risco da certificação fácil.
7. Também devemos aproveitar o momento para fazer uma discussão mais ampliada, quando o Congresso Nacional, por meio das Comissões de Educação da Câmara e do Senado, está convocando para uma revisão do PNE e da LDB. Esta é uma excelente oportunidade para a reversão, no campo da EJA, do que representou os artigos de nº 36 e nº 38 da LDB. Não era o que os educadores queriam para a EJA.
8. Esta discussão precisa contar com a Secretaria de Educação Básica do MEC.
9. Recolocar na pauta a discussão sobre os exames supletivos.
10. Depois desta reunião vamos fechar um segundo parecer sobre o pedido de homologação a ser encaminhado ao Ministro da Educação.

vi. Célio da Cunha:

1. Esta é uma matéria complexa.
2. Tudo indica que não será resolvido rapidamente pois estamos em um ano atípico.
3. Sugestão:
 - Num primeiro momento, o MEC devolve o assunto ao CNE e propõe um debate amplo por meio de audiências com pessoas-chave na modalidade de educação de jovens e adultos.
 - Deve-se buscar uma conciliação, sendo que o próprio presidente do CNE deveria ser acionado. Necessidade de uma estratégia adequada para tratar o tema.

vii. Adelaide Brasileiro:

1. Expôs sua preocupação quanto à EJA atender adolescentes de 12 anos, inclusive como forma de punição.
 2. Momento de disputar espaço.
 3. CNAEJA tem um compromisso com a qualidade e com o acesso à educação de jovens de adultos.
- viii. Débora Pinto Niquini
1. Educação a distância: a Universidade Católica de Brasília está fazendo uma experiência com uma educação à distância que tem uma relação de afetividade. Cada aluno é acompanhado individualmente por um tutor. Precisamos verificar que tipo de educação a distância pode ser ofertada.
- ix. Heleno Manoel G. Araújo Filho:
1. Compartilha das preocupações. Entende que um projeto para determinar idade mínima para a EJA é complicado, pelo mau uso da regra.
 2. Oportunizar o debate para se chegar a um consenso, sem prejuízo ao público alvo da EJA.
- x. Célio da Cunha:
1. Preocupação com o tempo que um projeto fica em discussão, com grandes prejuízos para a educação. Importante que haja a busca pelo consenso
- xi. Justina Iva de Araújo Silva
1. Registrou preocupação quanto à Resolução definir toda a regulamentação, não permitindo aos municípios e Estados o mínimo de discricionariedade às realidades locais.
 2. Sugeriu a inclusão de representantes dos Conselhos de Educação neste debate.
- xii. Edna Castro de Oliveira:
1. Os fóruns de EJA têm uma participação fundamental na articulação.
 2. Com relação aos três pontos principais da discussão:
 - Idade mínima: O Estado do Espírito Santo definiu idade mínima o que gerou graves conseqüências. Assumiu a responsabilidade de levar para os Fóruns este tema para discussão.
 - Educação a distância: questão desafiadora
 - ENCCEJA: Registrou o porquê dos Fóruns serem contra este exame e também apresentou uma proposta com relação ao papel do INEP, qual seja, de apoio pedagógico na elaboração das provas, desde que respeitadas as diversidades.
- xiii. Isabel Aparecida dos Santos:
1. Tem preocupação de uma Resolução ser focada dentro de um grupo e seus interesses.
 2. Como sugestão, disse que a CONANDA tem que ser um parceiro neste tema.

- 15) Maria Margarida Machado apresentou as informações sobre o andamento do processo para premiação da Medalha Paulo Freire.
- 16) Tancredo Maia informou sobre o andamento do concurso Literatura para Todos.
- 17) Francisca Bezerra da Silva, representante do segmento indígena:
 - a. Tem experiência de trinta anos na educação.
 - b. Solicitou alterar a denominação de educação indígena para educação escolar indígena.
 - c. Concordam com programas educacionais quando são respeitados nas suas especificidades e diferenças
 - d. Em Pernambuco há material didático próprio.
- 18) Consenso do grupo:
 - a. Com relação a conquistar espaço na mídia, todos os membros ficam incumbidos de apresentar artigos e, também, propostas de estratégias para esse fim.
 - b. Sugestões quanto ao ENEJA:
 - i. Edna Oliveira: apresentar proposta de se convidar representantes das Comissões de Educação da Câmara e do Senado
 - ii. Célio da Cunha: encaminhar à equipe responsável pelo ENEJA, sugestão de se convidar os candidatos à presidência para que os mesmos possam apresentar suas propostas para a EJA.
 - c. Justina Iva de Araújo Silva irá repassar à Comissão informações sobre as discussões do FUNDEB
 - d. Maria Margarida Machado solicitou aos representantes que divulgassem a idéia de encaminhamento de materiais para o Acervo do DEJA(livros, DVD, cd, etc.).
 - e. Parecer do CNE:
 - i. Produção de um texto com a posição da Comissão:
 1. Cada entidade vai produzir o seu texto, com a visão da base.
 2. Posteriormente, um pequeno grupo irá consolidar toda a contribuição em um único documento.
 - f. Pauta para a última reunião do ano:
 - i. Célio da Cunha sugeriu que fosse feita uma reflexão sobre o trabalho da Comissão no ano de 2006 e as perspectivas para o ano de 2007. final do ano.

Fortaleza, 14 de junho de 2006

Adelaide Laís Parente Brasileiro

Edna Castro de Oliveira

Célio da Cunha

Francisca Bezerra da Silva

Débora Pinto Niquini

Heleno Manoel G. de Araújo Filho

Cláudia Veloso Guimarães

Isabel Aparecida dos Santos

Maria Margarida Machado

Justina Iva de Araújo Silva

Tancredo Maia Filho

Timothy Denis Ireland

Adriana Pinto Rodrigues